

# Justiça Federal

## Digital

▶ **Alunos de escola municipal visitam exposição na JFES**



422



## ► Diretora do foro participa do HubGov do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

A Justiça Federal sediou nos dias 27 e 28/06 e 4 e 5/7, em seu auditório, o programa de inovação “HubGov” para servidores do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES.

A abertura do evento foi feita pelo presidente do órgão, conselheiro Sérgio Aboudib, que agradeceu à diretora do foro da Seccional capixaba, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, pela cessão do espaço e apoio ao evento. Ele registrou que começava a se despedir, pois está encerrando o seu segundo mandato, pautado pelo planejamento estratégico como forma de gestão. “Essas ideias estão incorporadas à instituição, que eu considero o melhor tribunal de contas do país”. “Somos o único Estado nota ‘A’ no Brasil e isso só foi possível com planejamento e capacidade de adaptação às novas ferramentas de TI”, afirmou, destacando o binômio tecnologia – planejamento como responsáveis pelo sucesso alcançado.

Em seguida, André Tamura, diretor da WeGov, empresa que ministra a capacitação, explicou um pouco sobre a empresa e a proposta de “innovar para resolver problemas”, ressaltando que “não é qualquer instituição que se propõe a trabalhar dessa forma”.

Participando do primeiro painel, a diretora do foro fez sua própria apresentação dizendo que está há 14 anos no Espírito Santo e que sua experiência no HubJus (curso ministrado em 2018 para gestores da JFES) fez com que ela tivesse vontade de estudar Administração.



O auditório da Justiça Federal será palco do HubJus do TCEES, novamente, nos dias 1 e 2/8



Leanderson Cordeiro (TCEES), Cristiane Conde Chmatalik (JFES), Sérgio Aboudib(TCEES), André Tamura (WeGov), Fabiano Barros (TCEES) e Marília Assis (WeGov)

Cristiane Conde Chmatalik afirmou ter buscado inspiração para criação do Laboratório de Inovação da JFES e a realização do HubJus nos exemplos das Seccionais de São Paulo e do Rio Grande do Norte. O evento na SJES serviu para despertar nas pessoas a importância dessas questões e chamá-las para participar da solução.

A juíza federal falou ainda sobre as ideias surgidas no HubJus e sua implantação na JFES, além do uso do Laboratório de Inovação na discussão da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), com participação da conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Maria Tereza Uille.

Por sua vez, a outra participante do debate, Nara Caliman, do governo do Estado, apontou as grandes possibilidades do evento e o apoio da alta gestão como componentes importantes para a inovação, além das redes que se formam com a integração das instituições.

## ▶ Justiça Federal cachoeirense completa 20 anos de instalação



**Antiga sede da Justiça Federal em Cachoeiro. Imóvel alugado, na Rua Doutor Hugo Zago Filho, nº 1, Santo Antônio**

matéria previdenciária e a execuções fiscais oriundas do Foro Estadual do município. Para exercer a titularidade da vara, foi designada a juíza federal substituta Enara de Oliveira Olímpio Ramos Pinto. E foi naquele município que, em maio de 2000, a magistrada foi promovida a juíza federal titular.

Hoje a Justiça Federal de Cachoeiro de Itapemirim conta com sede própria, com três pavimentos, localizada na Av. Monte Castelo, s/nº, Independência, e é totalmente informatizada. Nela funcionam três varas federais, onde atuam 5 juízes federais e 45 servidores.

Sua jurisdição abrange, além de Cachoeiro, os municípios de Alegre, Apicá, Atilio Vivacqua, Bom Jesus do Norte, Castelo, Conceição do Castelo, Divino de São Lourenço, Dores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Iconha, Irupi, Itapemirim, Lúna, Jerônimo Monteiro, Marataízes, Mimoso do Sul, Muniz Freire, Muqui, Piúma, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul, São José do Calçado e Vargem Alta.



**Sede atual da Justiça Federal cachoeirense, na Av. Monte Castelo, s/nº, Independência**

Cachoeiro de Itapemirim/ES ganhou sua primeira vara federal no dia 28 de junho de 1999, num pequeno prédio na Rua Doutor Hugo Zago Filho, nº 1, Santo Antônio, cedido pela Prefeitura do Município. Sua instalação deu início ao processo de interiorização da Justiça Federal capixaba que, até aquela data, contava com sete varas federais, todas localizadas em Vitória.

Conforme o livro “Memória Institucional da Seção Judiciária do Espírito Santo”, do juiz federal Ronald Krüger Rodor, a inauguração da vara foi concorridíssima. Nela estiveram presentes, além do então presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador federal Alberto Nogueira, o corregedor-geral do TRF, Frederico Gueiros, e os também desembargadores federais Antônio Cruz Netto e Maria Helena Cisne. Marcaram presença, ainda, a então corregedora-geral do TRF da 3ª Região, Ana Maria Pimentel, desembargadores estaduais, juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região e autoridades municipais.

A nova unidade jurisdicional iniciou suas atividades com cerca de 4 mil ações, referentes a



**Cortando a fita, o des. fed. Alberto Nogueira (presidente TRF2), ao lado da juíza federal Enara de Oliveira e da des. fed. Ana Maria Pimentel**

Tramitam na Subseção cerca de 8 mil processos.

## ▶ Juízes da Vara Federal da Serra ministram palestra na 17ª Subseção da OAB-ES



**Bruno Dutra (juiz federal), Ítalo Scaramussa Luz (presidente da OAB/Serra) e Caio Souto (juiz federal)**

Os juízes federais Bruno Dutra e Caio Souto Araújo, respectivamente, titular e substituto da Vara Federal da Serra, ministraram palestra na noite de 27/06 no auditório da 17ª Subseção da OAB-ES, situado no bairro de Laranjeiras, Serra/ES.

Os magistrados discorreram sobre o tema “Os benefícios por incapacidade x O aumento das demandas judiciais”, assunto de extrema relevância em tempos de Operação Pente Fino do Governo Federal que está revendo e cancelando muitos benefícios concedidos pelo INSS.

## ▶ Turma Regional de Uniformização da 2ª Região (RJ e ES) realiza sessão de julgamento

A Turma Regional de Uniformização (TRU) das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região realizou sessão de julgamento nesta quarta, 26/6, na Sala de Sessões do Pleno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2): às 13h (ações previdenciárias) e às 15h (ações cíveis).



**Das Turmas Recursais capixabas, participaram da sessão os juízes federais Lilian Mara de Souza Ferreira, Eloá Alves Ferreira, Leonardo Marques Lessa (presidente), Pablo Coelho Charles Gomes e Francisco de Assis Basílio de Moraes**

A sessão da TRU tem por objetivo decidir sobre divergências de entendimento entre as Turmas Recursais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Os juízes das turmas recursais capixabas participam da sessão por videoconferência, diretamente da sala de sessões localizada no quarto andar da sede da JF, em Vitória.

## ▶ e-Proc permite assinatura digital das Decisões Monocráticas

Os juízes de cada Turma Recursal-TR passaram a contar com uma ferramenta que permite o acesso imediato à decisão monocrática, permitindo que cada magistrado assine digitalmente o arquivo, referendando a decisão do relator.

No sistema Apolo, para a publicação das Decisões Monocráticas Referendadas, era necessário imprimir um relatório contendo as principais informações do processo. Em uma sessão de julgamento presencial da Turma Recursal, esse relatório era assinado fisicamente por cada um dos juízes, gerando a necessidade de espaço para arquivamento desses documentos impressos.

## Corregedor abre inspeção na VF-Serra e visita sede da Justiça Federal em Vitória



**Des. fed. Luiz Paulo Silva (corregedor), ladeado pelos juízes federais Bruno Dutra e Caio Araújo**

O corregedor regional da Justiça Federal da 2ª Região, desembargador federal Luiz Paulo Araújo Silva, abriu na tarde de 03/06, a correição ordinária na Vara Federal de Serra. Lá ele foi recebido pelos juízes federais titular, Bruno Dutra, e substituto, Caio Souto Araújo, pelo diretor de secretaria, Miele Picoli Haase, por servidores do cartório e da área administrativa. A correição na VF-Serra aconteceu até o dia 07 de junho, com os servidores da Corregedoria Regional, também nos setores administrativos.



**Com os juízes federais Cristiane Chmatalik (diretora do foro), Ronald Krüger, Fernando Mattos e Américo Bedê**

Na mesma tarde, o corregedor visitou a sede da Seção Judiciária do Espírito Santo, em Vitória, sendo recebido pelo conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Fernando Cesar Baptista de Mattos, pela diretora do foro da Seccional, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, e pelos juízes federais Américo Bedê Freire Junior, substituto eventual da diretora do foro e titular da 2ª VF-Criminal, e Ronald Krüger Rodor, titular da 3ª VF-Execução Fiscal.

### ▶ 70 estudantes concorrem a vagas de estágio nos JEFs e TRs

Aproximadamente 70 estudantes de Direito fizeram na tarde de 19/6 prova escrita na sede da Justiça Federal, em Vitória. Eles concorrem a vagas de estágio nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais capixabas. O resultado final do processo seletivo já está disponível na página da JF na internet ([www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br)).



**O estagiário terá direito a bolsa-auxílio (R\$ 798,60) + auxílio-transporte (R\$ 165,00) = R\$ 963,60, por 4 horas diárias (segunda a sexta) de estágio. Para participar dos processos seletivos, fique atento aos editais na página da Justiça Federal na internet ([www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br)) ou nos murais de sua faculdade**

## ▶ Servidora da JFES participa de elaboração do Manual de Acessibilidade da Pessoa com Deficiência nas Edificações da JF

A arquiteta Cláudia Campagnaro, servidora do Núcleo de Obras e Manutenção da Justiça Federal capixaba, participou da elaboração do Manual de Acessibilidade da Pessoa com Deficiência nas Edificações da Justiça Federal, cujo ato normativo foi aprovado pelo Colegiado do Conselho da Justiça Federal (CJF), na sessão ordinária do dia 24 de junho. A reunião foi realizada na sede do órgão, em Brasília.

A resolução estabelece diretrizes para a elaboração de projetos de acessibilidade ao complexo de imóveis em que se encontram instalados os órgãos do CJF e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau. A proposição normativa surgiu do Processo nº CJF-PRO-2015/00046, autuado pela então Secretaria de Arquitetura e Engenharia do CJF (SAE/CJF).

O relator do processo foi presidente do CJF e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha. Para ele, foi reconhecida a necessidade de implementação das medidas necessárias à garantia da plena acessibilidade, asseguradora da plena isonomia entre os cidadãos.

Ainda de acordo com Noronha, a minuta atende às expectativas que lhe foram colocadas, cumprindo, com satisfação, a missão de nortear as atividades de projetar, adequar e construir edificações que permitam que pessoas com diferentes capacidades físicas transitem, sem dificuldade, nos fóruns federais, de maneira segura e confortável.

“O Manual de Acessibilidade das Edificações da Justiça Federal é o resultado de minucioso trabalho técnico, elaborado de forma colaborativa, a fim de propiciar a efetiva observância da garantia de padrões de edificação que permitam o adequado deslocamento de pessoas com deficiência nos prédios da JF”.

Por fim, o relator esclareceu que a Diretoria Executiva de Planejamento e de Orçamento (DP/CJF) emitiu parecer consignando que a instituição do Manual de Acessibilidade da Pessoa com Deficiência nas Edificações da JF, por si só, não resulta em aumento de gastos nem causa impactos financeiros ao orçamento da Justiça Federal. Processo nº 0000742-36.2019.4.90.8000. **\*Com informações do CJF**



**Cláudia Campagnaro faz parte da Comissão Multiplisciplinar de Acessibilidade da Justiça Federal do Espírito Santo**

### **A JFES possui, desde 2014, uma Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade.**

#### **Algumas ações já realizadas pela comissão:**

- Pesquisa qualitativa com usuários de perícias médicas.
- Instalação de plataforma elevatória da Subseção Judiciária de Linhares.
- Alteração nos projetos de mobiliário fixo para permitir acesso de cadeirantes sob as bancadas de pia nas sedes da JFES.
- Implantação do Centro Integrado de Atendimento no pavimento térreo do prédio sede, em Vitória, permitindo livre acesso de cadeirantes às salas de perícias e boxes de primeiro atendimento dos juizados especiais.
- Visita de representantes do Instituto Braille à JFES, em Vitória, para verificar o que pode ser aprimorado para melhor atender às pessoas com deficiência visual.
- Disponibilização de duas servidoras aptas a atuarem como mediadoras em Libras no atendimento a advogados e jurisdicionados surdos e para prestarem auxílio em audiências realizadas na Seccional.
- Instalação de novo balcão na recepção da sede da JFES em Vitória, permitindo acesso de cadeirantes.
- Visita técnica de consultores de uma empresa de engenharia, especializada em projetos de acessibilidade, para avaliar as condições de acesso dos prédios da JFES na capital e no interior para pessoas com deficiência.
- Participação voluntária na Reconecta (conferência/exposição) sobre acessibilidade.

# Semana Mundial do Meio Ambiente

A Justiça Federal faz de tudo para reduzir sua pegada ecológica, e você?



Faça o teste online e descubra se seus hábitos de vida são sustentáveis

[www.suapegadaecologica.com.br/](http://www.suapegadaecologica.com.br/)



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária do Espírito Santo

## ▶ Crianças e adolescentes visitam a exposição 'Devir: em língua de brincar' na Justiça Federal



Um grupo de 89 alunos, entre 8 e 15 anos, da Escola Municipal Maria José Costa Moraes, localizada no Bairro São Pedro III, visitou, na última sexta-feira, 28/6, a exposição Devir: em língua de brincar, da artista e professora de Artes Ana Lúcia Gonçalves. Além de visitar a exposição, os alunos lancharam no foyer.

A professora Gilvânia Nogueira Baldow Portugal acompanhou as duas visitas dos alunos. Pela manhã, visitaram a exposição duas turmas, uma do 7º ano B e a turma do tempo integral. Eles foram recebidos pela própria artista, que apresentou suas obras.

À tarde vieram uma turma do 5º ano C e uma turma do tempo integral, acompanhadas da bibliotecária Mariluce de Souza Corrêa, que leu um texto produzido pela autora da exposição, e da professora de Artes, Vanessa Gonçalves Cezarino, que fez os alunos pensarem sobre o processo de criação da artista.

Segundo Gilvânia Portugal, "os alunos da manhã gostaram tanto da exposição que queriam voltar à tarde".

A exposição, organizada pelo Núcleo de Vitória do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), dirigido pelo desembargador federal Antonio Ivan Athié, e coordenado pela servidora Gina Valéria Coelho, pode ser visitada até o dia 12/7, na sede da Justiça Federal, em Vitória, das 12 às 17h, para o público externo.



A diretora do foro, juíza federal Cristiane Chmatalik (ao centro) deu as boas-vindas aos alunos e às professoras





Visite você também a exposição



O Núcleo Regional do Centro Cultural Justiça Federal,  
em Vitória-ES, e a Justiça Federal do Espírito Santo apresentam

**DEVIR:  
EM  
LÍNGUA  
DE  
BRINCAR  
ANA  
LÚCIA  
GONÇALVES**

**VISITAÇÃO**

13 de junho a 12 de julho  
segunda a sexta 12h às 17h

**LOCAL**

Sede da Justiça Federal ES  
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877,  
Monte Belo, Vitória

**ARTE GRÁFICA**

Alexandre Marin

organização

Arte  
**COVIDA**  
Conectando Cultura Capikaba

apoio

JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Substância do Espírito Santo

CENTRO CULTURAL  
FEDERAL  
CCJF  
JUSTIÇA  
NÚCLEO VITÓRIAS

**Informativo produzido pelo:**

Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS)  
Justiça Federal do Espírito Santo

---

**Contatos:**

Telefone: (27) 3183-5109

E-mail: [ncs@jfes.jus.br](mailto:ncs@jfes.jus.br)

Site: [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br)

---

**Projeto Gráfico**

Subsecretaria de Produção Visual - SPRO

